

A função da educação na *República* de Platão

The function of the education in Plato's *Republic*

Ivanaldo Santos

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

Resumo

Este ensaio tem por objetivo apresentar a função da educação na *República* de Platão. Para desenvolver este objetivo realiza-se uma contextualização histórica desse diálogo para demonstrar as conseqüências do que ocorreu, do ponto de vista de Platão, em relação à educação. Para ele, a função da educação é instaurar e manter a harmonia dentro da cidade-estado. Essa harmonia consiste em que todos os grupos sociais trabalhem dentro da posição hierárquica que ocupam dentro da sociedade, da melhor forma possível, sem questionar sua posição dentro dessa hierarquia. Por isto, a função da educação é persuadir os habitantes da Cidade-estado a obedecerem, sem questionar, as determinações do governante e do Estado.

Palavras-chave: Platão. *República*. Educação.

Abstract

This essay has the objective to present the function of the education in the *Republic* of Platon. To develop this objective a history of this dialogue has become necessary to demonstrate the consequences of what occurred, in the point of view of Platon, in relation to the education. According to him, the function of the education is to restore and to keep the harmony inside the city-state. This harmony consists in the thogth that all groups work following the hierarchic position that belong inside of the society, in the possible best way, without raising questions about their position in the hierarchy. For that reason, the role of the education is to persuade the city-state inhabitants to obey, without questioning, the determinations of the governor and the State.

Keywords: Platon. *Republic*. Education.



Atualmente, há uma visão otimista com relação à proposta educacional contida na *República*. Jaeger (1994, p. 803) afirma que, “[...] na essência, para Platão o verdadeiro problema de Atenas é o da *paidéia* [itálico no original], ou seja, a formação do cidadão.” Dessa forma, o centro das preocupações dos atenienses deve ser a educação. Por sua vez, a solução de todos os problemas enfrentados pela polis passa pela educação. Rousseau (1999, p. 12) ressalta que a *República* é o “[...] mais belo tratado de educação jamais escrito”.

Boa parte dessa visão otimista, com relação à proposta educacional contida na *República*, é fruto de uma leitura ideológica desse livro. Desde a revolução francesa que o homem moderno é pautado pelo ideal de liberdade e igualdade. Na sociedade contemporânea grupos (mulheres, pobres, homossexuais, etc.) tradicionalmente excluídos do cenário político e sociais ganham, cada vez mais, visibilidade nesse cenário. Por causa disso, o homem moderno procura nos pensadores antigos a fundamentação do ideal de liberdade e igualdade. Nessa busca, *A República* de Platão (1996) emerge como sendo um excelente fundamento. Até porque este diálogo Platão propõe que a educação das mulheres seja idêntica à dos homens. Inclusive ele chega a afirmar que “[...] se exigimos das mulheres o mesmo esforço que dos homens, temos que dar-lhes idêntica educação.” (PLATÃO, 1996, p. 213-214). Essa afirmação de Platão é um ótimo fundamento ideológico para o ideal de igualdade da sociedade moderna.

Entretanto, realizando uma leitura mais atenta desse diálogo percebe-se que, teoricamente, ele não é o melhor fundamento ideológico para as aspirações do homem moderno. Um exemplo disso é que a aparente defesa da igualdade entre homens e mulheres é desfeita pelo próprio Platão. Na verdade, Platão (1996, p. 220) defende que “[...] as mulheres são claramente inferiores aos homens.” E que devido a este motivo as suas funções devem ser “[...] reduzidas à função de procriar filhos.” (1996, p. 228). E que, por conseguinte, “[...] daremos, pois, aos homens todas as funções do Estado.” (PLATÃO, 1996, p. 220).

O objetivo desse ensaio não é apresentar uma crítica a apropriação ideológica que a sociedade moderna realiza da obra de Platão, especialmente da *República*. Até porque, segundo Paviani (2001, p. 10), “Platão é um mito. As recepções o fazem dizer coisas que talvez ele nunca tenha pensado. Mas isso ocorre com todos os autores clássicos que estão nas raízes

de nossa cultura e da civilização ocidental.” Não é intenção deste ensaio desfazer o mito e as recepções ideológicas da obra de Platão. Pretende-se algo bem mais simples. Apenas apresentar a função da educação no diálogo *A República*.

Inicialmente é preciso perguntar: Por que haver uma educação? Ou por que ter um sistema educacional? Numa leitura “superficial” da *República* é possível dá a seguinte resposta: a educação é necessária para criar e manter o Estado perfeito. Se a intenção de Platão é estabelecer as bases do Estado perfeito, a educação emerge como conseqüência da perfeição do Estado.

Todavia, para uma compreensão melhor desse questionamento é preciso realizar uma rápida apresentação de nove problemas que Platão, de uma forma direta ou indireta, teve que pensar na construção da proposta do Estado perfeito. É necessário ressaltar que estes problemas contribuíram para a definição da função da educação na *República*.

38 O primeiro é a derrota sofrida por Atenas, contra Esparta, na guerra do Peloponeso. Essa foi uma das maiores guerras que Atenas se envolveu e consumiu grande quantidade de recursos humanos e financeiros. Platão, como filho da aristocracia, via esta derrota como a grande prova do fracasso político e administrativo da democracia, do governo do *demos*. Para ele, a implantação da democracia representou um retrocesso na polis. Ela enfraqueceu o espírito guerreiro dos atenienses. Para Platão, o modelo pedagógico da pedagogia da democracia consistia na corrupção financeira, na má administração dos bens públicos, no fracasso militar e, por conseguinte, na decadência de Atenas. Se Atenas desejava continuar sendo uma potência econômica e militar dentro do mundo grego era preciso rever este modelo pedagógico.

O segundo problema é com relação ao governo dos trinta tiranos, mas conhecido como ditadura dos Trinta. De acordo com Berguer (1979), apesar dessa ditadura ter ocorrido no ano de 404 a.C., logo após a derrota ateniense na guerra do Peloponeso, ela continuava presente na memória do *demos*.

A ditadura dos Trinta constituiu na tentativa dos aristocratas tomarem novamente o poder. Após a derrota para Esparta, na guerra do Peloponeso, os aristocratas, que há muito tempo já planejavam tomar o poder, deram um



golpe militar com apoio de Esparta. A ditadura durou aproximadamente oito meses. Ela não tinha apoio do *demos* nem dos demais grupos sociais, justamente porque era apoiada pela grande inimiga de Atenas, a cidade-estado de Esparta. Ela conseguiu se manter durante um curto período, apenas oito meses, graças a duas estruturas militares: 1) Uma guarnição de ocupação militar de Esparta, 2) Uma milícia formada, na sua maioria, por jovens aristocratas descontentes com a democracia.

O *demos*, os cidadãos, apoiado por outros grupos sociais se rebelou contra a ditadura dos Trinta. Houve uma insurreição popular e vários combates foram travados entre os partidários da ditadura e da democracia. Houve um grande número de mortes de ambos os lados. Por fim, no ano de 403 a.C., houve um acordo entre o *demos*, os cidadãos, e o segmento moderado dos aristocratas. Este acordo possibilitou a expulsão da guarnição de ocupação militar de Esparta e a restauração da democracia.

Segundo Stone (2005, p. 178), em 403 a. C., “[...] a democracia restaurada agiu com magnanimidade.” O motivo desse fato é que poucos líderes aristocráticos foram mortos. As diferentes classes e facções em conflito foram reconciliadas através de uma ampla anistia, admirada durante todo o período da Antigüidade. Em outras cidades gregas, os derrotados muitas vezes eram massacrados, e os proprietários de terras aristocráticos perdiam todas as suas propriedades, mas os democratas atenienses nem mesmo redistribuíram as terras. Os democratas, os representantes do *demos*, tentaram organizar um governo de coalizão, que unisse todos os atenienses, independentemente da classe social de origem, na árdua tarefa de reconstruir a cidade após a derrota militar e reconstruir as instituições democráticas após um longo período de disputas envolvendo os vários grupos que desejavam governar a polis.

Nos manuais que procuram apresentar as idéias de Platão, é comum se fazer uma vaga referência a “ditadura dos Trinta”, sem, no entanto, se aprofundar nesse acontecimento. O fato é que a ditadura dos Trinta é citada, indiretamente, na *Apologia de Sócrates* (32c). Na *Carta VII* (324d) Platão (1972, p. 1264) afirma que “[...] os trinta [tiranos] foram investidos com autoridade suprema e poder absoluto.” E que essa ditadura foi tão desprezada pela população ateniense que “[...] em pouquíssimo tempo [apenas oito meses] esses homens deixaram parecida a antiga ordem [a democracia] com a verdadeira idade de ouro.” (PLATÃO, 1972, p. 1266).

Platão revela, na *Carta VII* (324d), que “[...] muitos deles [dos trinta tiranos] eram meus parentes ou conhecidos.” Havia parentes e amigos de Platão que compunham a ditadura dos Trinta. Entre esses parentes estavam um dos seus primos, Crítias, e um dos seus tios, Cármides. De acordo com Berguer (1979), não se pode ter certeza da atuação de Cármides na ditadura dos Trinta. Talvez ele fosse apenas um interlocutor político ou um membro da ala moderada que, após a insurreição popular, negociou a anistia e possibilitou a restauração da democracia. Entretanto, Crítias parece ter tido uma atuação mais consistente na ditadura. Aparentemente, ele foi um dos líderes dos trinta tiranos, inclusive Stone (2005) coloca Crítias como sendo o líder da milícia, formada por jovens aristocratas, que deu sustentação militar a ditadura.

Entretanto, nenhum desses fatos é mencionado nos vários diálogos de Platão, muito menos na *República* que, oficialmente, é sua obra principal. Pelo contrário, tanto Crítias como Cármides são retratados de modo altamente favorável nos diálogos platônicos. Cármides, no diálogo que recebeu seu nome, é apresentado como um jovem belo e intelectualmente promissor, a quem Sócrates interroga a respeito da virtude. Por sua vez, Crítias aparece como participante ativo e respeitado no *Protágoras*, no *Timeu* e no diálogo que possui seu nome no título, o *Crítias*. Segundo Stone (2005), nos diálogos platônicos não se reflete e nem se tira nenhuma conclusão do episódio, triste para Atenas, da ditadura dos Trinta. É como se Platão tentasse fazer que Atenas esquecesse esse episódio. Se esse realmente era o objetivo de Platão, de certa forma, ele conseguiu êxito nesse objetivo. Na história da Filosofia, a ditadura dos Trinta é pouco citada, não é lembrada de forma dolorosa como foi para os atenienses do século IV a.C., e os parentes de Platão, Crítias e Cármides, não são lembrados como membros de uma ditadura cruel e abominada pelo povo, mas como interlocutores de Sócrates em alguns diálogos.

A ditadura dos Trinta apresenta duas sérias questões para Platão. Primeira, Platão como crítico da democracia (1996) fica numa posição complicada, pois ele poderia ser identificado com o golpe militar dado pela aristocracia e apoiado pela grande inimiga de Atenas, Esparta. Segunda, ao propor o governo do rei-filósofo sua situação também se complica, pois os atenienses, principalmente os cidadãos que foram as maiores vítimas da ditadura dos Trinta, ainda estavam carregados de lembranças tristes desse episódio e não queriam que o *oligo*, os aristocratas, voltassem ao governo.



A proposta platônica de um “rei” parecia, aos olhos dos atenienses do século IV a.C., uma nova tentativa do *oligoi* voltar ao poder. Entretanto, essa nova tentativa não seria realizada por meio da força armada, do golpe militar, mas por meio da Filosofia. Neste caso, a Filosofia seria a “arma” que os aristocratas usariam para retornar ao poder.

Em Platão, a filosofia emerge como um instrumento didático para a instauração do governo do rei-filósofo. Devido ao alto poder de persuasão que a Filosofia possui, ela é o instrumento adequado para fazer a população, especialmente os cidadãos, esquecer a ditadura dos Trinta e aceitar pacificamente, sem resistir, inclusive a resistência armada, o governo aristocrático do rei-filósofo.

O terceiro problema é decorrente da ditadura dos Trinta. Devido ao trauma que a população ateniense ficou com a breve e violenta passagem pelo poder dos aristocratas, Platão (1972, p. 1267) tenciona criar um Estado “[...] sem massacres nem derramamento de sangue.” No tocante ao uso da violência, ele só faz uma única exceção. Esta exceção é com relação ao escravo. Somente contra o escravo seria possível se fazer uso da violência. Em suas palavras: “A um escravo, sim, poderei dizer alguma coisa, até mesmo contra sua vontade e com emprego de violência.” (PLATÃO, 1996, p. 1267). Para isto acontecer é necessário estabelecer um sistema educacional que promova o consenso dentro da polis. A educação deve ser um instrumento para viabilizar este consenso.

O quarto problema emerge na *Carta VII*. Neste texto fala-se em “divergências políticas” e nos “difamadores” (PLATÃO, 1972), ou seja, os indivíduos que caluniam os governantes. Essas divergências políticas, calúnias e difamações podem ter um motivo pessoal, ideológico ou simplesmente uma tentativa de prosperar dentro do disputado e, muitas vezes, corrupto mundo da política. Como criar um Estado perfeito, ideal, dentro de uma realidade como essa? Es uma das sérias preocupações de Platão. A necessidade da educação emerge desse tipo de preocupação.

O quinto problema é com relação à orientação dos jovens. Pelo que transparece dos relatos de Platão, Atenas, no século IV a.C., enfrentava um sério problema com relação à formação das novas gerações. De um lado, apesar de Atenas ter perdido a guerra contra Esparta, continuava sendo uma metrópole dentro da *Hélade*, do mundo grego. Era preciso formar os jovens



para administrar a polis e lidar com disputas políticas e econômicas. Do outro lado, Atenas passava por um surto de desenvolvimento intelectual. Naquele momento histórico, estavam sendo realizadas importantes pesquisas em áreas como a matemática, a música e a metafísica. Era preciso formar os jovens para compreender e dá continuidade a essas pesquisas. Ele vê a educação como um instrumento capaz de amenizar e até resolver este problema.

42 O sexto problema é o princípio da seleção rigorosa e consciente. É sobre essa seleção que assenta a possibilidade de manter de pé o sistema de diferenciação de classes do Estado platônico. Esta diferenciação pressupõe a continuidade hereditária das qualidades exigidas para pertencer a cada um das três raças: ouro, prata e ferro. Platão propõe uma rígida hierarquia social, onde a raça de ouro é a raça dos administradores, de onde sairá o rei-filósofo, a raça de prata é dos guardiões, os protetores da república e, por último, a raça de ferro são os artesãos, comerciantes e todos os demais grupos sociais que trabalharam para manter os estágios superiores da república. O problema é como sempre ter controle absoluto da reprodução das três raças, pois, como Platão afirma cada raça só pode reproduzir entre si para poder gerar geneticamente os melhores filhos para exercerem seus respectivos papéis da forma mais perfeita possível na sociedade. Ele vê na educação a resolução desse problema. Ela é um ótimo instrumento para garantir a perpetuação do sistema de diferenciação de classes do Estado platônico.

O sétimo problema é com relação aos guardiões. Os guardiões são a forças armadas que protegerá o Estado perfeito, ideal, de uma invasão estrangeira e também de possíveis insurreições internas. Já que eles possuem armas e treinamento militar, como impedir que os guardiões tomem o poder do rei-filósofo. Como impedir a repetição do golpe militar ocorrido em 404 a.C. ou, como questiona Jaeger (1994, p. 803), “[...] como impedir que os guardiões deixem de ser os protetores do Estado e se convertam em donos e senhores dele? Como impedir que eles não se degenerarão de cães de guarda em lobos devoradores?” Platão vê nesse problema um sério empecilho para a implantação do seu modelo de Estado. Neste caso, a educação emerge como uma ferramenta didática para convencer os guardiões a apenas realizarem sua função de proteção e defesa do Estado.

O oitavo problema são as constantes mudanças na legislação. (PLATÃO, 1996). Na Atenas democrática do tempo de Platão, havia um sé-



rio problema. Esse problema eram as constantes modificações realizadas na legislação. De um lado, era preciso modificar a lei para atender as constantes modificações que Atenas passava. Atenas era uma cidade rica e prospera dentro da *Hélade*. Manter essa condição exigia modificações na legislação. Do outro lado, as disputas internas e os acordos políticos realizados na democracia tinham como consequência, a modificação constante da lei. Era preciso modificá-la para poder atender as disputas e os acordos políticos. Para Platão, o Estado perfeito não pode ter uma legislação que é modificada de acordo com os interesses políticos e econômicos. Segundo ele, a lei deve ser um arquétipo para a polis. A polis platônica deve ser constante e eterna, logo a lei, enquanto arquétipo, também deve ser desse modo. Na proposta de sociedade perfeita desenvolvida por Platão, a lei será criada pelos legisladores, especialmente pelo rei-filósofo, mas será a educação que terá o papel de demonstrar aos habitantes da polis seu caráter de eternidade.

O nono e último problema é a questão da felicidade. Aparentemente, Platão é um teórico egoísta que só pensa na felicidade da classe dos governantes, principalmente do rei-filósofo. Entretanto, segundo ele a missão do Estado não é fazer feliz a classe dos governantes. Pelo contrário, a missão do Estado é velar pela felicidade de todos os membros da polis. O bem supremo que se deve buscar é a unidade e a harmonia da polis. (PLATÃO, 1996).

Os fins a que o Estado deve aspirar não são o poder e a prosperidade econômica, se bem que ambos são necessários para a manutenção da ordem e da estabilidade na polis. Entretanto, a polis entrará em decadência se o poder e a prosperidade econômica não estiverem vinculados à unidade e à harmonia social da mesma. E para isso acontecer é necessário que cada indivíduo cumpra o melhor possível a sua função específica dentro da polis, e unicamente essa função. (PLATÃO, 1996). Por este raciocínio, o rei-filósofo deve ser o melhor governante, os guardiões, os escravos, os artesãos, os comerciantes e demais grupos e classes sociais devem exercer seus ofícios com perfeição, sem, no entanto, jamais questionarem estes ofícios e desejarem ascender na hierarquia social.

A polis platônica será perfeita e, por conseguinte, feliz, se todos os indivíduos permanecerem submissos e satisfeitos dentro da classe social para a qual foram destinados e cumprirem seus ofícios da melhor forma possível. Dentro desse ideal de perfeição surge um sério questionamento: numa sociedade democrática, como era Atenas no século IV a.C., cheia de

reivindicações de igualdade, como implantar esse ideal de perfeição? Numa Atenas que rejeitava o *oligoi*, o governo dos aristocratas e se rebelou contra a ditadura dos Trinta, como implantar o Estado perfeito?

Platão tem consciência dessas dificuldades. Entretanto, para implantar o Estado perfeito, ideal, é necessária uma transformação radical na polis (PLATÃO, 1996). Segundo ele, não é uma pura utopia a efetivação do Estado ideal. Pelo contrário, apesar das dificuldades é possível realizar tamanho empreendimento.

Para ele a educação tem a função, a finalidade, de implantar e manter o Estado ideal. Como salienta Teixeira (2000), Platão estava consciente da força da educação clássica dos gregos, especialmente da educação oriunda dos mitos e da poesia. A partir de Teixeira, se questiona: se Platão é consciente da força da educação clássica como, então, ele pretende utilizar a educação para implantar e manter o Estado ideal?

A resposta a essa pergunta é a persuasão. Platão (1996) afirma que é preciso persuadir a geração atual (do século IV a.C.), seus filhos, netos e demais descendentes para ver concretizado o Estado perfeito. Na *Carta VII* (328c), no relato da tentativa frustrada de implantar o Estado perfeito na cidade de Siracusa durante o governo tirânico de Dionísio, Platão afirma que basta “persuadir um único homem” para que o Estado perfeito fosse estabelecido. Na experiência que viveu em Siracusa, ele não conseguiu persuadir o tirano Dionísio muito menos seu filho.

Entretanto, na *República*, Platão ao invés de desejar persuadir “um único homem”, ou seja, o governante deseja persuadir toda a população da polis. Ao invés de propor um governo de violência, como foi o governo estabelecido pela ditadura dos Trinta, tendo seus parentes Cármides e Críticas como membro, sugere um governo que conquiste as consciências das pessoas. Para isso, “desde a infância” é preciso “[...] ensinar que a boa educação consiste na obediência de uns para com os outros, especialmente aos governantes.” (PLATÃO, 1996, p. 158).

O centro da educação platônica é a obediência, principalmente aos governantes. Inclusive afirma que tanto os homens como as mulheres devem ser fiéis ao Estado. Segundo Platão (1996), para que cada indivíduo cumpra o melhor possível a sua função específica dentro da polis, e unicamente essa função, criando, dessa forma, uma polis feliz e harmoniosa, é preciso que os



indivíduos obedeçam tanto à hierarquia social, para os quais foram destinados pelos deuses, como ao governante que será o rei-filósofo.

Para Stone (2005), a função da educação para Platão é programar, treinar, as pessoas para serem obedientes ao Estado, especialmente ao governante que é o rei-filósofo. Por causa disso afirma-se que Platão é o precursor do que atualmente se denomina de “lavagem cerebral”. Para Platão, para haver a prosperidade, econômica e administrativa, e a harmonia na polis é preciso que seus habitantes sejam plenamente obedientes ao governante e as políticas geridas pelo Estado. Para isso acontecer é preciso que a educação tenha a função de persuadir, de convencer, de programar os habitantes da polis para esta finalidade.

Para que os indivíduos do Estado perfeito sempre obedeçam as ordens do Estado e do governante, Platão faz, do ponto de vista didático, seis prescrições:

Na primeira ele afirma que desde a infância as pessoas devem ouvir apenas o que a política oficial do Estado determina como sendo correto e verdadeiro. Na segunda prescrição ressalta que é necessário proibir a população de ler e recitar poesias que possuam algum conteúdo contrário a política oficial do Estado. (PLATÃO, 1996). Levando em conta que na Atenas do século IV a.C. a poesia era o grande veículo de comunicação, o grande instrumento de ensino, o que Platão propõe é uma limitação da liberdade de expressão. Essa limitação se dá na medida em que os conteúdos curriculares a serem ministrados na polis passarão obrigatoriamente pela determinação do Estado.

Na terceira prescrição Platão afirma que o Estado deve fazer uso da “nobre mentira”. Segundo ele, essa mentira consiste na popularização da propaganda estatal de que os homens são intrinsecamente divididos em três classes. Essa divisão em classes é determinada pela própria divindade, portanto é uma divisão perfeita, não cabendo ao ser humano qualquer questionamento. A primeira classe, a classe de ouro, é a dos governantes, tendo o rei-filósofo como orientador. A segunda, a classe de prata, é a dos guardiões, a dos soldados que farão a segurança e a manutenção do Estado ideal. Por fim, a terceira classe, a classe de ferro, é a dos comerciantes, artesãos e demais grupos humanos que, com seu trabalho, irão manter o Estado.



Na quarta prescrição afirma que os magistrados devem mentir, enganando, dessa forma, aos inimigos ou aos próprios concidadãos. A mentira visa a estabelecer a felicidade da polis. Entretanto, é preciso frisar que apenas os magistrados podem mentir, aos demais membros da polis é proibido este ato. Enquanto uma técnica pedagógica para implantação da proposta educacional platônica, a mentira é um privilégio de classe. Mentir é uma técnica pedagógica para implantar as políticas estatais.

Na quinta prescrição enfatiza que para a manutenção do Estado perfeito, é necessário que exista sempre a figura do guia que oriente e governe este Estado. Este guia é o rei-filósofo. De certa forma, Platão é o criador do que, atualmente, denomina-se de culto a personalidade. Ele estabelece que o rei-filósofo, enquanto semi-deus, deve ser cultuado, adorado. Esse culto é necessário para que não haja possibilidade de algum indivíduo ou grupo social desculpir as ordens do Estado. Na utopia platônica, o rei-filósofo não é apenas o governante político da polis. Ele é simultaneamente um líder político e religioso, um legislador, um especialista em questões econômicas, administrativas e científicas e o pedagogo do Estado. Visto que todas as ações e políticas públicas surgem e são direcionadas pelo rei-filósofo, ele é o formulador e o principal executor da política educacional da persuasão.

46

Na sexta e última prescrição afirma que do ponto de vista educacional, o Estado deve se preocupar em regulamentar todos os detalhes da existência humana. Detalhes que passam pelo respeito, pela velhice, o sentimento de dedicação aos pais, o pendeato, o vestuário, o calçado e a atitude do corpo. (PLATÃO, 1996).

É por causa dessa preocupação pedagógica em regulamentar todos os detalhes da existência humana que Barros (2006) afirma que Platão tenciona criar o "Estado total", ou seja, o Estado que é tudo em todos os indivíduos. O modelo de Estado que está presente na vida das pessoas desde a infância até a morte. Todavia, para a implementação do "Estado total" a educação é fundamental.

É preciso ressaltar que para Platão a educação tem uma dupla finalidade. De um lado, ela deve impedir a decadência e a desagregação da vida social. Desagregação que ele vivenciou com a guerra do Peloponeso e a crise da democracia (governos demagógicos, corrupção e má administração) no século IV a.C. A educação deve ser a antítese desses problemas e de



outros que a polis venha a enfrentar. Ela é ao mesmo tempo uma síntese da vida social e o remédio para os problemas e crises dessa vida. Do outro lado, a educação deve instalar e manter a harmonia dentro da cidade-estado. Essa harmonia consiste em que todos os grupos e classes sociais trabalhem, dentro da posição hierárquica que ocupam dentro da sociedade, da melhor forma possível, sem questionar sua posição dentro dessa hierarquia e as respectivas diretrizes sociais. Todos devem trabalhar para a prosperidade da cidade-estado. E se essa cidade prosperar, então todos serão felizes e haverá plena harmonia.

Por fim, afirma-se que, de um lado, a função da educação na *República* visa a criar um Estado que nem cometa os erros da democracia nem da ditadura dos Trinta e, de outro lado, possa estabelecer a sociedade perfeita, onde todos os indivíduos permaneceram submissos e satisfeitos dentro da classe social para a qual foram destinados e, dessa forma, cumprirem seus ofícios da melhor forma possível. De certa forma, Platão é o criador do que La Boetie (1982) denomina de "servidão voluntária", ou seja, é quando os indivíduos são instruídos, nesse caso pelo Estado, a terem a convicção de que a melhor condição para a vida humana é a servidão. O Estado platônico pode até ser governado por um filósofo, mas mesmo assim é uma forma autoritária de manifestação do Estado. Entretanto, ao contrário da ditadura dos Trinta, que desejava implantar suas idéias mediante o uso da força militar, Platão propõe o uso da educação, como processo de persuasão, para convencer os membros da polis de que este modelo de Estado é o melhor.

47

Referências

BARROS, Gailda Naecia Maciel de. **Platão, Rousseau e o Estado total**. São Paulo: Tac, 2006.

BERGUER, Artur. **História da Grécia antiga**. Lisboa: Arcádia, 1979.

JAEGER, Werner. **Paidéia**. 3. ed. Tradução Artur M. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LA BOETIE, Etienne. **Discurso da servidão voluntária**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PAVIANI, Jayme. **Filosofia e método em Platão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

PLATÃO. **Obras completas**. 2 ed. Madrid: Aguilar, 1972.

_____. **A República**. 8. ed. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio**. 2 ed. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

STONE, Isidor Feinstein. **O julgamento de Sócrates**. Tradução Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges. **A educação do homem segundo Platão**. São Paulo: Paulus, 2000.

Prof. Dr. Ivanaldo Santos
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte | UERN
Líder do Grupo de Pesquisa Epistemologia, Educação e Saúde
Linha de Pesquisa Epistemologia e Educação
E-mail | ivanaldosantos@yahoo.com.br